

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.517.857 - RJ (2019/0161226-8)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS
PROCURADORES : OSMAR INNECCO PEREIRA E OUTRO(S) - RJ138498
LEANDRO PEREIRA POYARES E OUTRO(S) - RJ121721
AGRAVADO : OSWALDO CIUFFO CICARINO
ADVOGADOS : KARLA INES DA CRUZ SANA - RJ083595
RODRIGO CÉSAR MARQUES - RJ127497

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. COISA JULGADA. . SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM. SÚMULAS N. 282 E 284 DO STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. O acórdão da origem que julgou o agravo de instrumento manteve a tutela de urgência limitando-se a analisar os requisitos autorizadores à sua concessão, deixando de se manifestar acerca da questão de fundo. Assim, ainda não houve discussão no Tribunal *a quo* acerca do mérito da demanda, de forma que é nítida a ausência de necessário prequestionamento da tese trazida ao apelo especial. Súmula n. 282/STF.
2. A jurisprudência dessa Corte é firme no sentido de que o cumprimento do requisito do questionamento prévio é exigido ainda que se trate de matéria de ordem pública, como é o caso da coisa julgada.
3. As razões do especial, atreladas ao mérito da controvérsia, estão dissociadas das razões de decidir do acórdão recorrido, relacionadas apenas à tutela de urgência, o que, por si só, inviabiliza o acolhimento da pretensão recursal. Súmula n. 284/STF.
4. Uma vez que o recurso especial é gênero do recurso extraordinário, é possível a utilização dos enunciado sumulares do STF nessa seara recursal.
5. Agravo interno não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na

Superior Tribunal de Justiça

conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo interno, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

